



Conflitos e Convergências da Geografia 2

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Conflitos e Convergências da Geografia 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C748 Conflitos e convergências da geografia 2 [recurso eletrônico] /
Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa
(PR): Atena Editora, 2019. – (Conflitos e Convergências da
Geografia; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-333-0

DOI 10.22533/at.ed.330191504

1. Geografia – Pesquisa – Brasil. 2. Geografia urbana. I. Ferreira,
Gustavo Henrique Cepolini. II. Série.

CDD 910.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Nesse segundo volume da Coletânea – “Conflitos e Convergências da Geografia”, publicado pela Atena Editora, realçamos o compromisso inalienável para um debate plural e democrático a partir de diferentes análises geográficas centradas no Brasil. Trata-se de vinte e quatro contribuições oriundas de quinze estados brasileiros, os quais estão vinculados à vinte e uma instituição de ensino, pesquisa, extensão e inovação. No decorrer desse volume as reflexões propostas pelos autores retratam um panorama sobre Geografia Urbana e sua relação e interação com os Estudos Ambientais, Geotecnologias e Cartografia e as possibilidades de inclusão enfatizando o Ensino de Geografia.

Nesse contexto, as discussões e proposições sobre a urbanização, planejamento e normatização do território, segregação socioespacial, uso do espaço público, segurança e insegurança pública, desigualdades sociais, vulnerabilidade socioambiental, mobilidade urbana, acidentes de trânsito, mercado imobiliário, inundações e dinâmica fluvial, permitem inferir a relevância das pesquisas e seus desdobramentos para compreensão de diferentes realidades que convergem ao refletirmos sobre os desafios atuais do planejamento urbano e ambiental no país, cujo direito à moradia digna e a cidade são violados cotidianamente.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates geográficos que desvendem os caminhos e descaminhos para compreender a realidade brasileira e sua indissociável conexão no bojo da mundialização.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
Montes Claros-MG
Outono de 2019

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO E A NORMATIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NO RIO GRANDE DO NORTE	
Matheus Lucena de Macedo Guedes Celso Donizete Locatell	
DOI 10.22533/at.ed.3301915041	
CAPÍTULO 2	13
OS ESPAÇO OPACOS CAICOENSES: DISCUTINDO A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL DO BAIRRO NOVA CAICÓ	
Iapony Rodrigues Galvão Djalma Amâncio da Silva Neto Lucas Henrique Lima Alves Ricardo Araújo de Lemos	
DOI 10.22533/at.ed.3301915042	
CAPÍTULO 3	22
CONDOMÍNIOS CLUBE EM TERESINA/PIAUÍ: PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO E (DES) TERRITORIALIZAÇÃO DA CIDADE	
Elisabeth Mary de Carvalho Baptista Edileia Barbosa Reis	
DOI 10.22533/at.ed.3301915043	
CAPÍTULO 4	32
AS MULTITERRITORIALIDADES NA PRAÇA DA BANDEIRA-CAMPINA GRANDE- E SUAS INFLUÊNCIAS NO DEBATE SOBRE A CONCEPÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO	
Leticia Barbosa Bomfim Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.3301915044	
CAPÍTULO 5	41
TERRITÓRIOS DO MEDO: UMA ANÁLISE SOBRE A SENSAÇÃO DE INSEGURANÇA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE CAMPINA GRANDE	
Pedro de Farias Leite e Silva Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.3301915045	
CAPÍTULO 6	56
UMA REFLEXÃO SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DO CENTRO COMERCIAL DE SUMÉ-PB DIANTE DO ATUAL CONTEXTO LOCAL/REGIONAL	
Gustavo dos Santos Costa Lincoln da Silva Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.3301915046	
CAPÍTULO 7	67
A IMPORTÂNCIA DA CRIAÇÃO DO CADASTRO TERRITORIAL MULTIFINALITÁRIO PARA CIDADE DE SOBRAL-CE	
José Antônio Alves Lino	

DOI 10.22533/at.ed.3301915047

CAPÍTULO 8 75

VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL À DENGUE NO RECIFE – PE

Caio Américo Pereira de Almeida
Rafael Silva dos Anjos
Henrique dos Santos Ferreira
Ranyére Silva Nóbrega

DOI 10.22533/at.ed.3301915048

CAPÍTULO 9 83

A IMPOSSIBILIDADE DA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA COMO UM INSTRUMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E DE REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS: UM ESTUDO DE CASO DA OUC-ACLO REALIZADA PELA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

Pablo Maia Barbosa
Linda Clara Oliveira Pontes

DOI 10.22533/at.ed.3301915049

CAPÍTULO 10 92

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DIANTE DO LIMITE ESTRUTURAL DO CAPITAL: RENDA DA TERRA URBANA, AMBIENTE CONSTRUÍDO E DESSUBSTANCIALIZAÇÃO DO CAPITAL

Thiago Teixeira da Cunha Coelho

DOI 10.22533/at.ed.33019150410

CAPÍTULO 11 105

O BRT COMO UMA ALTERNATIVA PARA A MOBILIDADE URBANA: O CASO BOGOTÁ E DO RIO DE JANEIRO

Ricardo Maia de Almeida Junior
Renato Paiva Rega
Saullo Diniz dos Santos Macedo
Felipe da Rocha Santos

DOI 10.22533/at.ed.33019150411

CAPÍTULO 12 115

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE – ÁFRICA

Ester Tomás Natal Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.33019150412

CAPÍTULO 13 127

A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO NA CIDADE DE JARAGUÁ DO SUL-SC NO PERÍODO DE 2012 À 2015

José Roberto Machado
Larissa dos Santos
Pamela Aline Gorges

DOI 10.22533/at.ed.33019150413

CAPÍTULO 14	140
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA: OS MOTIVOS DA SUA PROCURA SEGUNDO SEUS USUÁRIOS	
José Roberto Machado	
DOI 10.22533/at.ed.33019150414	
CAPÍTULO 15	157
O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A DENSIDADE DA ARBORIZAÇÃO NO CENTRO DE PONTA GROSSA – PR	
Sandra Stocker Kremer Tadenuma Silvia Meri Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.33019150415	
CAPÍTULO 16	166
ESPAÇO, TERRITÓRIO E LAZER: UM ESTUDO SOBRE A LAGOA MAIOR EM TRÊS LAGOAS/MS	
Matheus Guimarães Lima	
DOI 10.22533/at.ed.33019150416	
CAPÍTULO 17	179
PRODUÇÃO DA HABITAÇÃO EM UMA CIDADE MÉDIA: ANÁLISE DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA-PMCMV EM DOURADOS-MS	
Lidiane Cristina Lopes Garcia de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.33019150417	
CAPÍTULO 18	186
NOVAS ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM MACAPÁ-AMAPÁ	
Eliane Aparecida Cabral da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.33019150418	
CAPÍTULO 19	194
ESCOLAS SITIADAS E NOVO URBANISMO MILITAR: UM OLHAR SOBRE MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS NO SUDESTE GOIANO	
Raul Castro Brandão Estevane De Paula Pontes Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.33019150419	
CAPÍTULO 20	202
OS EVENTOS DE INUNDAÇÕES NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ITABAPOANA – RIO DE JANEIRO, BRASIL	
Yago de Souza Verling Vinicius de Amorim Silva	
DOI 10.22533/at.ed.33019150420	

CAPÍTULO 21	215
ABORDAGENS SOBRE A DINÂMICA FLUVIAL E DE SEDIMENTOS DO RIO TABOCO EM MATO GROSSO DO SUL	
Rennan Villhena Pirajá Diego da Silva Borges Mauro Henrique Soares da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.33019150421	
CAPÍTULO 22	231
GEOTECNOLOGIAS E MAPAS ONLINE: CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICAS SOBRE NOVAS POSSIBILIDADES DE REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICAS	
José Alves de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.33019150422	
CAPÍTULO 23	239
O USO DA CARTOGRAFIA TÁTIL COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO PARA OS DEFICIENTES VISUAIS	
Mateus Gouveia Alves Divino José Lemes de Oliveira Silvaci Gonçalves Santiano Rodrigues Heider Danilo de Oliveira Bruno Nascimento Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.33019150422	
CAPÍTULO 24	246
O ENSINO DE GEOGRAFIA PARA ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL (DI) E AS DIFICULDADES DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA. UM ENSAIO	
Dayane Caroline Gomes da Silva Dias	
DOI 10.22533/at.ed.33019150424	
SOBRE O ORGANIZADOR	256

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DIANTE DO LIMITE ESTRUTURAL DO CAPITAL: RENDA DA TERRA URBANA, AMBIENTE CONSTRUÍDO E DESSUBSTANCIALIZAÇÃO DO CAPITAL

Thiago Teixeira da Cunha Coelho

IGC/UFMG

Belo Horizonte – Minas Gerais

RESUMO: Este artigo pretende refletir sobre a produção do espaço urbano, em especial os processos atuais que mobilizam a vida urbana, o que implica considerar, portanto, todas as formas contraditórias que compõem o processo de produção capitalista do espaço. Isto implica que “o espaço da sociedade capitalista pretende-se racional quando, na prática, é comercializado, despedaçado, vendido em parcelas. Assim, ele é simultaneamente global e pulverizado. Ele parece lógico e é absurdamente recortado” (LEFEBVRE, 2008, pg. 57). Desta maneira, para que possamos lidar com as contradições do espaço devemos lidar com o processo global do capital e, como a produção do espaço se insere nesse quiproquó. Pretendemos, portanto, apresentar algumas das questões que demonstram a inevitável relação entre o desenvolvimento contraditório do capitalismo e o processo de urbanização.

PALAVRAS-CHAVE: renda da terra urbana, dessubstancialização do capital

ABSTRACT: This article intends to reflect on the production of the urban space, especially the current processes that mobilize the urban

life, which implies to consider, therefore, all the contradictory forms that compose the process of capitalist production of the space. This implies that “the space of capitalist society intended to be rational when, in practice, it is marketed, shattered, sold in pieces. Thus it is simultaneously global and pulverized. It seems logical and is absurdly cut out” (LEFEBVRE, 2008, p 57). In this way, in order to deal with the contradictions of space we must deal with the global process of capital and, as the production of space is inserted in this imbroglio. We intend, therefore, to present some of the issues that demonstrate the inevitable relationship between the contradictory development of capitalism and the process of urbanization.

KEYWORDS: urban land income, desubstantiation of capital

1 | URBANIZAÇÃO E CAPITAL GLOBAL: CONTRADIÇÕES DO ESPAÇO COMO CONTRADIÇÕES DO CAPITAL

Este artigo pretende apresentar algumas questões relacionadas a apresentação espacial das contradições do sistema mundial produtor de mercadorias (KURZ, 1992), em especial, sobre a questão urbana. Para tanto, consideramos inseparável o processo de urbanização – bem

como seus muitos momentos e contradições – das contradições centrais do processo de produção e reprodução do capital – em especial a queda tendencial da taxa de lucro, a expansão do capital fictício como “solução” para os problemas do tempo de rotação do capital e as promessas de lucratividade futura advinda da supressão contínua da taxa global de mais-valor. Todos esses elementos se reportam a reflexão marxiana sobre o capital, presentes nos três volumes de O Capital. No entanto, sua obra se refere não somente a um momento histórico distinto, como também a muitos elementos ainda em desenvolvimento ou que não possuíam centralidade na produção e realização do capital. Apesar disso, o processo histórico se encarregou de recolocar relevância desses apontamento, além de conferir mais importância a outros momentos de sua obra. Nos remetemos, aqui, aquilo que Marx denomina de fórmula trinitária (terra, trabalho e capital). Estes três elementos aparecem no terceiro volume d’O capital, onde possuem o papel de explicitar como o processo de expansão do capital se realiza, por meio de quais processos concretos o capital se espalha espacialmente por meio das abstrações reais (MARX,2013). Para Marx, a fórmula trinitária é composta por elementos que fazem parte do processo de disputa pelo valor global produzido. As três formas de “rendimentos - juros (em vez de lucro), renda, salário - são três partes do valor do produto, portanto partes do valor em geral ou, expressando isso em dinheiro, determinadas partes do dinheiro, partes do preço” (MARX, 1986, v.II, p. 271). Fica claro que a separação destes elementos é real, assim como sua indissociável união, pois compõe a produção social do valor total, mas aparecem e agem como produtores individuais de processos de valorização. Este processo de autonomização explicita a importância destas formas parciais para compreender a consolidação das cisões e recortes de classe no capitalismo e, assim, como os elementos que compõe a sociedade moderna não podem ser apresentados como atemporais, externalidades ou excrecências. Desta maneira, a fórmula trinitária retorna com força nas reflexões de Henri Lefebvre acerca da sociedade urbana, sendo um dos pontos de partida deste para refletir sobre a generalização do capitalismo e sua expansão crítica. Seguindo a trilha de ambos, é possível considerar tais elementos como formas de apresentação, realização e manifestação do capital. Quando nos confrontamos com o momento atual, onde a explosão do tecido urbano na medida em que a produção e o consumo do espaço (BOTELHO, 2007) deixam de ser acessórios no processo de produção de mercadorias, como circuito auxiliar da economia, ganhando centralidade no processo de acumulação, é possível compreender a importância que os processos indicados por Marx possuem.

O mercado imobiliário passa a receber capitais que não encontram remuneração nos demais setores. Cria-se uma ciranda de capitais - do mercado financeiro ao setor imobiliário. Este movimento se acelera drasticamente no século XX; momento histórico onde a financeirização da economia está no centro dos holofotes da acumulação. O enorme crescimento econômico industrial de países como EUA, Alemanha, e Japão ainda na virada do século XIX e a abertura de capitais das empresas surge como

uma forma de antecipação de lucros para a manutenção de uma taxa média de lucro, indicando como o processo de financeirização emerge dos próprios limites contraditórios da expansão capitalista e não do aparato financeiro especulativo. Neste trilho, a concentração dos capitais torna-se inevitável, haja vista que capitais de pequeno porte perdem competitividade, ou em termos marxianos, não conseguem realizar o mais-valor condensado nas suas mercadorias, pois a concorrência possibilita a criação de patamares de preços de produção mais baixos que os individuais. O circuito D – M – D' pressupõe que a mercadoria sempre chegará ao mercado em condição de realizar seu mais-valor. Porém, como a formação da taxa média de lucro só aparece no momento da troca, o preço da mercadoria não responde necessariamente a seu custo de produção + mais-valor. O preço entra no jogo da concorrência, se descolando do valor que ele busca representar. Temos, assim, um contexto onde diversas mercadorias vão estar acima da taxa média de lucro, enquanto outras vão estar abaixo. O capital financeiro se expande por atuar como um mecanismo de manutenção do funcionamento da produção com a promessa de que os capitais que estão abaixo da taxa média de lucro, com novos investimentos produtivos, poderão se colocar novamente na média. Esta hipoteca de lucro futuro para a manutenção dos processos produtivos vai alcançar patamares cada vez mais profundos ao longo do século XX, marcando um grande choque de desvalorização do capital total e a ascensão do dinheiro aos céus (KURZ, 1995).

Este processo de ancoragem da acumulação em promessas de valorização futura está constantemente em busca de novos campos de acumulação de mais dinheiro, que representa cada vez mais um valor futuro ao invés da realização de um mais-valor produzido. Tal movimento vem de mãos dadas com a segregação sócio espacial e os processos especulativos relacionados à produção do espaço. O setor imobiliário, que por muito tempo foi um “setor subalterno, subsidiário” (BOTELHO, 2007, p.24) passou a ganhar centralidade nesse processo de tendência crítica, pois o setor imobiliário atua na injeção de valor em uma realidade de crescimento da financeirização e do crédito/endividamento. A relação entre o ambiente construído (HARVEY, 2013) e a acumulação do capital se modifica a partir do momento em que as taxas de lucro médias estão em queda livre, não sendo possível promover processos acumulativos sem acessar novas formas de acumulação. Aquilo que Harvey apresenta como acumulação flexível (HARVEY, 1992) é na verdade uma reconfiguração dos processos acumulativos via produção do espaço, onde o setor imobiliário, apesar da baixa rotação do capital, surge como setor sólido, em especial por possuir uma grande capacidade de empregar capital variável; um motor que injeta mais-valor na economia em busca de uma parcela deste. Esse movimento que reúne geração de emprego com possibilidade de consumo do ambiente construído tem como base o sistema de crédito – seja para produção ou consumo. Desta maneira, se acelera uma disputa desenfreada entre os setores da economia, que buscam uma “lucratividade” média superior. Isso leva a uma enorme volatilidade dos capitais e uma mudança constante

nos rumos dos capitais fictícios. A capacidade do mercado imobiliário de incorporar uma carga maior de capital variável, em especial nos países periféricos, aparece como explicação para o crescimento dos empreendimentos e políticas públicas de incentivo a produção de moradia e requalificação de áreas urbanas.

Na perspectiva da economia política, esses processos são motores de criação de emprego e renda, promovendo uma aceleração nas dinâmicas econômicas municipais e nacionais. No entanto, estes processos não explicitam em sua aparência uma crise do capital, emergindo como elementos fundamentais para a retomada da valorização e produção de mais qualidade de vida para a população das áreas urbanas. O caso brasileiro, onde apesar do enorme déficit habitacional a questão da moradia tem sido tratada através da mercantilização da casa própria, processo esse que produziu uma lucrativa indústria da construção civil, com foco nas classes médias urbanas enquanto os trabalhadores de baixa renda não conseguem acessar à moradia e os serviços urbanos básicos (NASCIMENTO; BRAGA, 2009), demonstra que os problemas urbanos e o mercado imobiliário na periferia tem somente um sentido, o de atuar nos processos de acumulação. Assim, o retorno aos termos da crítica da economia política marxiana nos permite perceber como estes processos estão vinculados a reprodução do capital como promessa futura de valorização. Temos, portanto, de retomar questões sobre o capital fixo, o trabalho improdutivo, a renda da terra e a formação do preço da terra urbana, problematizando como tais processos se vinculam a financeirização e ficcionalização da produção de valor.

2 | FORMAS DO CAPITAL E SUA RELAÇÃO COM A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: AMBIENTE CONSTRUÍDO, CRISE DO TRABALHO E RENDA DA TERRA URBANA

David Harvey, em suas análises sobre o ambiente construído, confere grande importância ao papel do capital fixo na reconfiguração dos espaços urbanos metropolitanos. O capital fixo se caracteriza pela capacidade de simultaneamente transferir seu valor de forma fragmentada para a mercadoria que ajuda a produzir e manter seu valor de uso no processo; o que distingue, portanto, o capital fixo de capital imóvel, que pode ser parte do capital fixo – como as locomotivas e máquinas - e também do capital circulante – a energia hidráulica é um dos exemplos apresentados. Esta reunião de capital imobilizado na paisagem urbana é apresentada como o ambiente construído.

O ambiente construído possui uma gigantesca variedade de elementos, cujos processos de produção e desenvolvimentos históricos divergem. No entanto, ao considerarmos seu papel na reprodução todos são tratados como mercadorias. Neste sentido, a descrição e localização das coisas no espaço ganha uma nova importância, pois estão relacionadas as dinâmicas de produção e consumo na cidade. Desta

maneira, a ordenação geográfica ganha em complexidade, sendo necessário considerar na análise as dinâmicas da renda da terra urbana, vinculadas indissociavelmente a atuação do Estado por meio de instrumentos de planejamento e regulação urbana e ação do capital financeiro. Além disso, podemos relacionar tais processos ao papel de cada elemento na produção, na troca e no consumo. Assim, a velocidade do desgaste físico dos elementos que compõe o ambiente construído varia conforme uma grande diversidade de fatores, sejam eles partes dos processos produtivos ou valores de uso consumidos de forma individual (moradias) ou coletiva (rodovias). Essa diferença entre o tempo de desgaste físico e a depreciação econômica de cada elemento é bastante complexa. Os elementos da produção tem, em geral, uma dinâmica de desgaste e depreciação menos complexa (HARVEY, 2013, p. 316). Entretanto, a depreciação dos elementos individuais dependem de dinâmicas mais amplas, onde os movimentos de transformação de uma área podem repercutir de formas variadas. Neste sentido, a remodelação de áreas e bairros inteiros, por meio da intervenção estatal - amparada nos instrumentos urbanísticos presentes no Estatuto da Cidade – e do capital financeiro aparece como parte de um corolário atual de intervenções no ambiente construído.

Outro importante aspecto do ambiente construído é a capacidade de conferir preço a uma série de valores de uso cujo valor já foi inteiramente consumido, seja por meio da modificação de uso, uso conjunto ou mecanismo externos que conferem potencial de re-precificar estes elementos. Isso se vincula ao papel que os bens de consumo possuem na reconfiguração do capital fixo, que pode ganhar novas formas de utilização, gerando processos novos de precificação e mobilizam de renda da terra urbana em áreas em todo o valor já foi consumido. Em geral, os bens de consumo estão vinculados as condições necessárias para a reprodução da força de trabalho, se diferenciando do capital fixo pelo seu uso (HARVEY, 2013, p. 311). Um prédio que abriga uma fábrica é considerado capital fixo, mas ao ser convertido em uma galeria de arte ou condomínio de apartamentos se transforma em bem de consumo. As variações do valor dos bens de consumo impacta diretamente no valor necessário para a reprodução da força de trabalho. Ainda hoje é possível observar a existência de alguns mecanismos de produção de bens necessários para a reprodução da força de trabalho através de outros meios, como é a autoconstrução. No entanto, a expansão da reprodução do capital para todos os campos possíveis tem reduzido significativamente esse elemento. Assim, para refletir sobre o papel da produção e circulação dos bens de consumo, vamos assumir que os bens de consumo são produzidos somente por meio da produção de mercadorias. Uma diferença grande entre o capital fixo e os bens de consumo se assenta na forma de circulação do valor destas mercadorias. Diferente do capital fixo, cujo valor circula como parte do valor das mercadorias onde ele compõe o processo produtivo, o valor dos bens de consumo só circula mediante sua venda. Se consideramos o consumo de bens de consumo que necessitam de montantes muito grandes de dinheiro para serem adquiridos – como é o caso da moradia – será necessário a criação de mecanismo para adiantar esse dinheiro ou pagar por esse

valor de forma parcelada. O aluguel é o mecanismo de pagamento conforme o uso é efetuado. Como já apontamos acima, a garantia da moradia é uma questão central no processo do urbanização, seja da perspectiva da reprodução da força de trabalho ou da perspectiva da criação de um mercado desses bens de consumo nos países periféricos, como o Brasil. Assim, para adquirir a propriedade da moradia através da compra todo o valor da mercadoria deve ser adiantado por meio do pagamento em dinheiro, algo que parece bastante improvável para maior parte da classe trabalhadora, onde a formação de uma poupança para tal é dificultada, ou mesmo impossibilitada, pela dificuldade da reprodução da classe trabalhadora com o salário suprimido diante da crise do trabalho (KURZ, 1992). Além disso,

O açambarcamento de dinheiro para a aquisição de bens de consumo caros também tumultua a circulação de capital, pois vincula o dinheiro (que do contrário poderia ser convertido em capital) e atua como uma barreira a transformação tranquila da circulação de rendimentos em a realização do capital através da troca. Quando o sistema de crédito vem em socorro, ele permite que alguns consumidores economizem (recebendo o pagamento de juros) e que outros façam empréstimos e paguem tantos os juros quanto o capital durante um período de tempo estendido (HARVEY, 2013, p. 312)

Devido ao papel central que os empréstimos tem neste processo se constrói uma vinculação direta entre os bens de consumo e capital que rende juros, pois para que o trabalhador possa acessar esse consumo ele passa a hipotecar seu trabalho futuro para acessar os empréstimos. Os bens de consumo comprados são garantias caso haja algum problema por parte dos trabalhadores em realizar o pagamento das parcelas, levando a formação de um mercado secundário de diversos itens (HARVEY, 2013, p. 312). Detectamos o papel dos bens de consumo como parte fundamental da produção do espaço e da circulação do capital. Porém, ainda há algumas questões pendentes. Harvey se preocupa com a obsolescência (econômica e física) desses itens e sua relação com as dinâmicas dos preços e, com o avanço do capital que rende juros e a capacidade do capital monetário de ser absorvido pelos bens de consumo, tendo em vista que “o superendividamento com respeito aos bens de consumo pode ser um problema tão sério quanto o superinvestimento em capital fixo” (HARVEY, 2013, p. 313). Sua preocupação está ligado a um equilíbrio entre o investimento nos setores produtivo e de realização como forma de monitorar e conter a efetivação das crises, algo inevitável no processo de desenvolvimento contraditório do capital, pois sua dinâmica concorrencial como totalidade mobiliza um processo onde cada parcela individual do capital busca aumentar constantemente a produtividade do trabalho, o que permite que sua fatia do mais-valor total seja sempre maior. Cada capitalista individual – ou setor – tem parte importante no constante crescimento da produtividade por meio do aumento da composição orgânica do capital, fazendo com que as tecnologias que podem permitir temporariamente uma forma de sobre-lucro possam se generalizar. Desta maneira, as mudanças no capital fixo são cada vez mais intensas e rápidas,

fazendo com que sua desvalorização seja cada vez maior. Para efetivar esse processo na velocidade adequada o capital monetário – na forma do capital que rende juros – adquire um papel que cresce exponencialmente. Assim, a formação de um sistema creditício aparece como

uma crescente desproporção estrutural, entre o capital fixo cientificizado e a massa de trabalho que ainda é possível utilizar rentavelmente; o aumento à escala secular da intensidade do capital (que, em Marx, figura como “incremento da composição orgânica” do capital) exige um emprego cada vez maior de capital monetário, que todavia pode mobilizar cada vez menos trabalho por cada unidade de capital. Este facto exprime-se também no plano monetário: trata-se da crescente importância já descrita do capital que rende juros. Por outras palavras: o real capital empresarial “actuante”, que utiliza trabalho abstracto na efectiva produção de mercadorias, deve recorrer cada vez mais ao capital monetário, tomado de empréstimo ao sistema bancário, para poder continuar a valorizar o valor. Dessa forma, a chamada quota do capital social caiu drasticamente a longo prazo; hoje, com algumas excepções, ela é sempre inferior a 50%. Isso significa simplesmente que o real capital empresarial, para poder continuar a produzir na situação actual, tem de hipotecar antecipadamente quantidades cada vez maiores de trabalho a utilizar no futuro (ou seja, futuros ganhos) (KURZ, 1996).

A consolidação do sistema bancário demonstra esse descolamento do capital que rende juros do capital empresarial, formando novos grupos de poder em escala supranacional. Essa mudança, cujo fundamento é a própria dinâmica do capital, reconfigura também as atividades de trabalho. Este movimento, que também se vincula ao desenvolvimento técnico e as necessidades de rotação acelerada do capital, implicam no crescimento do chamado “setor terciário” da economia e, conseqüentemente, nos projetos de remodelação e reconfiguração urbana.

No caso do trabalho, temos um extenso debate sobre sua transformação diante da perda do referencial do capital em relação a sua própria medida – o valor – produzindo formas de trabalho cujo processo de realização está vinculado a remuneração do capital ao dinheiro já utilizado do sistema creditício visando uma valorização futura que possa produzir valor suficiente para dar base a produção actual e a produção futura. Assim, o trabalho se tornaria improdutivo, o que é parte deste momento histórico de desvalorização tendencial do capitalismo.

Para uma definição adequada de trabalho produtivo da perspectiva do capital nos termos marxianos é necessário reconhecer que o trabalho produtivo é uma categoria económica e, portanto, esta sujeito ao desenvolvimento histórico do capital. Um dos elementos que demarca esse processo é a transformação do trabalho, sob a determinação do capital, em uma atividade coletiva de produção. Desta maneira, cada trabalhador individual compõe um processo de trabalho promovido por cada mercadoria individual. Assim, a produtividade do trabalho não pode ser determinada por sua capacidade individual, nem mesmo de cada capital individualmente. Pelo contrário, o carácter do trabalho “em si” improdutivo só pode ser deduzido a posteriori - no processo de reprodução do capital - onde o trabalho abstracto passa por diversas

formas de transformação e de representação. Assim, a questão não é sobre uma determinação arbitrária externa do carácter improdutivo de certos trabalhos, mas sim pela forma como ele aparece no próprio cálculo do capital - como “custo”. As massas de trabalho improdutivo e o seu pagamento aparecem na perspectiva capitalista como “faux-frais” (Marx, 2011), como custos falsos. No plano do capital individual, isto é, da empresa, o trabalho improdutivo mas necessário pode facilmente ser indicado na forma de “despesas gerais”, por exemplo, despesas com a gestão do pessoal, a contabilidade, a limpeza etc. Estas atividades são indispensáveis, num sentido técnico-organizativo, para o funcionamento geral da empresa; mas não entram na sua efectiva produção de mercadorias, ainda que devam naturalmente ser remuneradas, tal como o trabalho da própria produção empresarial das mercadorias (KURZ, 1996). Fica claro, portanto, que da perspectiva do capital individual é possível apontar certos tipos de trabalho improdutivo, mas que esta questão pode ser “resolvida” com a externalização destas atividades na forma da terceirização, sendo este o movimento realizado pelos capitais em busca de diminuição de custos de produção. Esta é a maneira como operam os sujeitos económicos em um cenário de concorrência.

No entanto, isto não resolve o problema da dessubstancialização do capital em geral, pois diversos serviços realizados no comércio e no setor bancário atuam na mediação entre mercadoria e dinheiro. Assim, apesar dos trabalhadores dos setores criarem um “ganho empresarial, [...] a sua actividade, efectivamente, limita-se a mediar a redistribuição entre os capitais singulares da mais-valia gerada exclusivamente nos sectores produtivos” (KURZ, 1996). Desta maneira, a produtividade do trabalho só pode ser analisada a partir de sua relação com o processo geral do capital. O trabalho moderno não é determinado pela sua característica material e particular, mas sim por seu conteúdo social, como medida de valor. Assim, a produtividade do trabalho não está relacionada ao valor de uso produzido, mas sua capacidade de produzir algo que seja capaz de valorizar o capital do qual ele é parte. O dinheiro creditício, como capital que se valoriza por meio de trabalhos produtivos futuros, amplifica o abismo entre a produção de valor e os mecanismos de reprodução do capital em geral. Disto resulta que,

na medida em que aumenta a parcela dos sectores improdutivos na reprodução conjunta, outra parte crescente da mesma produção industrial torna-se estruturalmente improdutivo. A massa de trabalhadores improdutivos - que aumenta inexoravelmente e que é paga apenas com o dinheiro creditício, renovado com créditos sempre novos - tem, naturalmente, de comer, beber e habitar, além de guiar carros, consumir televisores, frigoríficos etc. Como porém este consumo, no seu caso, não é produtivo e não retorna, portanto, à produção de mais-valia, isso significa apenas que, de forma indirecta, uma parte crescente da produção industrial depende, paradoxalmente, dos sectores improdutivos financiados com créditos (KURZ, 1996).

O crédito atinge o consumo e a produção, se transformando em fundamento da mobilização do trabalho e do capital. A reprodução crítica do capital atinge todas as esferas que o compõe, fazendo com que não só capital manifeste sua crise, mas

também o trabalho. Esta crise do trabalho, que aparece como desemprego estrutural, precarização e flexibilização, subemprego, pode inclusive indicar um aumento crescente de pessoas “empregadas” e um montante cada vez maior de superexplorados, mas não indica uma capacidade de valorização do capital, somente sua ânsia por ancorar sua reprodução fictícia em sua própria substância.

Outro elemento central nesse processo é renda da terra urbana, cujo fundamento se encontra na taxa de lucro – o sobrelucro. O preço do solo (PS), formado pela relação entre a renda (R) e a taxa de lucro (l), onde o $PS=R/l$ demonstra uma relação inversa entre ambos (JARAMILLO, 2010, p. 187). Assim, a queda tendencial da taxa de lucro condiz com o avanço do preço da terra, algo que se demonstra pela dinâmica empírica dos preços. O desenvolvimento das forças produtivas também influencia diretamente na formação dos preços, pois a renda não diminui, no entanto, há um aumento da produtividade do capital e diminuição dos preços das mercadorias e, portanto, no custo da reprodução da força de trabalho. Isto permite que a renda aumente de forma relativa, mobilizando parcelas de mais-valor que compunham o valor do salário e de diversas mercadorias cujo preço se achata. Além disso, a proporção entre o valor da mercadoria produzida no espaço construído (imóvel) e a renda da terra se modifica, pois o avanço do trabalho morto na construção civil implica uma parte cada vez maior do preço da terra na composição do preço do imóvel (JARAMILLO, 2010, p. 189). Além disso, a expansão do tecido urbano para a realização de atividades produtivas e improdutivas e para a reprodução da força de trabalho ganhou proporções estratosféricas no século XX, fazendo com que o preço da terra tenha um crescimento proporcional a urbanização. A renda absoluta urbana avança conforme o capital como totalidade tem cada vez mais seu impulso na urbanização. As rendas diferenciais, como a renda de moradia e renda primária diferencial de tipo II – ambas rendas relacionadas ao consumo do ambiente construído apresentadas por Samuel Jaramillo - também avançam, pois a localização na cidade está cada vez mais em disputa, gerando um impulso contínuo para a edificação em altura (JARAMILLO, 2010, p. 191). Outro elemento central é a intensidade e diversidade dos bens de consumo produzidos e consumidos. Este processo demanda um crescimento vertiginoso da atividade comercial e financeira, o que impulsiona a renda secundária comercial. Estes movimentos estruturais gerais (JARAMILLO, 2010) dos preços do solo urbano são as bases para compreender a interação entre os diferentes circuitos da reprodução do capital total na urbanização contemporânea. Jaramillo ainda apresenta alguns elementos conjunturais importantes, como o papel do mercado financeiro, as mudanças de uso do solo e a densidade constantemente maior do capital sobre a terra. A superposição de classes distintas de renda somente demonstra a dificuldade de delimitar as ações da renda, bem como seu período de funcionamento (JARAMILLO, 2010, p. 231). O capitalista construtor, na realidade do ambiente construído, emerge como aquele que mobiliza os processos de renda via produção do espaço construído, sendo que as mudanças nos preços dos imóveis só podem aparecer da forma que

aparecem por conta da existência dos processos de formação de renda em sua base. Um dos problemas desta relação entre preço e renda está na desvalorização dos bens de consumo e do capital fixo, pois mesmo que determinados bens de consumo ou capitais fixos tenham circulado todo seu valor eles ainda compõem um preço de venda (HARVEY, 2013, p. 316). Se considerarmos que o preço emerge da produção de uma renda, devemos, necessariamente, considerar que este preço responde por uma parcela do mais-valor global mesmo que não mais possuam valor. Considerando a interpretação que aponta as rendas da terra urbana como parte de um sobrelucro setorial isto emerge como um problema, pois estas rendas devem vir de outros setores que formam o capital. Isto não parece um problema da perspectiva do capital total formulada por Marx, pois o mais-valor que cada lucro (e sobrelucro) se apropria não tem uma etiqueta de localização nos processos produtivos. O dinheiro, como representação equivalente do lucro, aparece na concorrência (capital total) como elemento que representa a acumulação, colocando as diferentes formas de capital – como o capital produtivo, o capital financeiro e o capital comercial – no processo de concorrência pela acumulação de dinheiro, independente de seu “conteúdo”. Este processo de perda de referência do capital em si mesmo afeta diretamente a forma como as rendas podem ser auferidas no espaço urbano. O dinheiro que fomenta o consumo do espaço construído e o pagamento das rendas está vinculado, cada vez mais, com as movimentações do capital financeiro. A própria expansão do capital em crise nos países centrais para a “periferia”, como forma de solucionar a crise fordista já se configura num momento onde

tal expansão só era possível através da concomitante expansão das condições infraestruturais improdutivas em termos capitalistas. Uma parte cada vez maior dos produtos industriais fordistas suplementares era consumida por trabalhadores improdutivos, o que pressupunha uma alteração fundamental do regime de acumulação. Ora isso significa que a expansão fordista, com o seu “milagre econômico”, já não era em princípio um grande avanço secular da acumulação autônoma de capital, antes já devia ser alimentada com a hipoteca de massas futuras de valor. O verdadeiramente “autônomo” na era fordista e no seu “modelo de acumulação” era apenas o pagamento regular dos juros da massa creditícia cada vez maior, através de uma efectiva ampliação da massa absoluta de lucro. Porém, tal extensão da massa absoluta de lucro já era menor que a concomitante e inevitável ampliação das “despesas gerais” improdutivas do sistema de mercado em vias de totalização (KURZ, 1995).

3 | À GUIA DE CONCLUSÃO: CONTRADIÇÕES DO ESPAÇO COMO DESSUBSTANCIALIZAÇÃO DO CAPITAL

Ao considerarmos o processo histórico de generalização espacial do capital, impondo seus ritmos de acumulação e modelos de produção do espaço adequados e constantemente readaptados ao processo de produção e reprodução do capital como indício da dessubstancialização do capital, como nos indica Kurz, a ideia do ajuste espacial se torna um aprofundamento do capital em suas próprias contradições e,

portanto, o delinear de que não há saída por meio do resgate de um crescimento em equilíbrio, como muitos, ou todos nós, gostaríamos.

O capital “quanto mais próximo está do seu conceito, da sua realização como processo ampliado do capital, maior é a produtividade do capital, menor a unidade elementar de trabalho, como unidade de capital” (DAMIANI, 2009, p. 318). Sua máxima expansão, no sentido de se reproduzir como aquilo que tudo alcança, realiza e determina é o aprofundamento das contradições até um ponto onde não parece mais possível reajustar suas barreiras, somente por meio da promessa de produtividade real futura. Assim, a produção do espaço urbano deve ser considerada como “um campo aberto para a circulação do capital que rende juros” (HARVEY, 2013, p. 476). Um dos elementos que o caráter crítico da produção do ambiente construído implica é a ação contínua, via Estado, para retomar, ou atualizar (DAMIANI, 2009, p. 328) os patamares da renda. Isto ocorre porque

“o preço da terra carrega simultaneamente a temporalidade da acumulação e a especificidade dos valores de uso materiais distribuídos no espaço e, portanto, ligados a considerações temporais e espaciais dentro de uma estrutura singular definida pela lei do valor. Mas isso tudo não acontece de uma maneira passiva ou neutra. O preço da terra deve ser realizado mediante a apropriação da renda futura, que se baseia no trabalho futuro. Por isso, o pagamento do preço da terra pelo capital condena o trabalho a atividades muito específicas em determinados locais durante um espaço de tempo determinado pela taxa de juros – isto se o capital adiantado para a aquisição da terra não vier a ser desvalorizado. Aqui vemos, uma vez mais, como a operação da lei do valor restringe o trabalho vivo. (HARVEY, 2013, p. 476).

A característica do ambiente construído, cuja composição explicita os processos históricos de desenvolvimento do capital, implica numa reconfiguração de seus elementos. O desenvolvimento diferencial do capital na relação entre os Estados, e no interior deles, demonstra que o caráter geral da crise do capital se expressa por meio das dinâmicas concorrenciais também nas esferas inter e intra nacionais. Assim, “a organização geográfica do capitalismo internaliza as contradições da forma de valor” (HARVEY, 2013, p. 528), fazendo com que o capital se apresente por meio de um desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 2013).

A forma desigual do processo de expansão geográfica do capital diz respeito ao caráter de seu desenvolvimento histórico, onde as contradições que fundamentam uma parcela da sociedade – a Inglaterra e, posteriormente, a Europa ocidental - se mundializam. Portanto, não se trata de uma má-formação do capital, mas sim do seu processo de desenvolvimento. Assim, as reflexões de Harvey sobre a expansão do capital global e seus desdobramentos são bastante ricas sobre o caráter crítico que as desigualdades espaciais produzem e reproduzem, mas tem seu limite ao considerar os processos de expansão global como um ajuste necessário por conta das crises cíclicas. Daqui emerge um recorte espacial da crise na obra de Harvey, onde o processo de expansão espacial segue no encaixo da busca constante de equilíbrio

entre o processo de produção e circulação/realização do capital. Seu debate sobre o ambiente construído avança até o capital fictício, mas o compreende como forma desdobrada para solução das crises que sai do controle dos Estados e do próprio lastro do processo de produção de valor. A compreensão que pretendemos apresentar aqui se diferencia na compreensão da forma da crise e do seu papel no interior do capital e na produção do espaço urbano.

Ao se reproduzir de forma contraditória, como demonstramos em momentos anteriores do texto, o capital tem em seu cerne uma contradição contínua entre a acumulação e a crise de acumulação, pois a substância da acumulação – trabalho – é reduzida e expulsa do processo de acumulação conforme esse avança. Assim, há que se considerar que o capital se expande e se destrói de forma simultânea e diferencial. Podemos perceber esse processo ao longo da história e podemos observá-lo nas paisagens urbanas espalhas por todo mundo. A dessubstancialização do capital (KURZ, 2014) não é somente o processo de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, mas um movimento violento de ajuste da sociedade global a esses novos processos de reprodução da acumulação. Nesse sentido, podemos observar como a ação do Estado, novo gestor das tentativas de acumulação do capital, passa por cima dos parâmetros da democracia burguesa construída em consonância com o capitalismo. O Estado se transforma em parceiro do capital em busca de novos patamares de acumulação. O empreendedorismo urbano (HARVEY, 2005) desponta como a maneira do Estado neoliberal de agir em conjunto com o desenvolvimento do capital, em busca de projetos que possam garantir uma alocação de uma extensa variedade de capitais nas cidades garantindo sua acumulação, mesmo que por meio do endividamento individual (da força de trabalho) ou do Estado, além da atuação de forças militares em processos de remoção e realocação de populações. Desta maneira, os instrumentos urbanísticos aparecem como um mecanismo interessante de buscar ajustes intra urbanos ou metropolitanos que possam apresentar certa cidade ou região metropolitana como interessante para o capitais mundializados, ou mesmo mobilizar o capital para áreas distintas dentro da mesma cidade. Quanto mais se aprofunda esse processo, mais se acelera a violência – econômica e extra-econômica.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, A. **O Urbano em Fragmentos: A produção do espaço e da moradia pela práticas do setor imobiliário**. São Paulo. Annablume, Fapesp. 2007.

DAMIANI, A. L. **Urbanização crítica e produção do espaço**. Revista Cidades, Presidente Prudente, v. 6, n. 10, p.307 – 340, 2009.

GRESPLAN, J. **O Negativo do Capital**. São Paulo. Expressão Popular. 2012.

HARVEY, D. **Os Limites do Capital**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2013

_____. **Produção Capitalista do Espaço**. Annablume, São Paulo, 2005.

JARAMILLO, Samuel. **Hacia una teoría de la renta del suelo urbano**. Centro de Estudios sobre Desarrollo Económico, Facultad de Economía, Universidad de los Andes, Segunda edición revisada y ampliada, 2008

KURZ, R. **O Colapso da Modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. São Paulo. Paz e Terra. 1992.

_____ **A ascensão do dinheiro aos céus**. Revista Krisis, n. 16-17, 1995. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz101.htm>>

_____ **O dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política**. Antígona, Lisboa, 2014.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Editora UFMG. Belo Horizonte. 2008

_____ **O Direito à Cidade**. Editora Centauro. São Paulo . 2001

_____ **A cidade do capital**. DP&A, Rio de Janeiro, 2001.

MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política – Livro I. O processo de produção do capital**. Boitempo. São Paulo .1890/2013.

_____ **O Capital: Crítica da economia política – Livro II. O processo de produção do capital**. Boitempo. São Paulo. 1885/1893/2014

_____ **O Capital – Crítica da Economia Política. Livro III, Tomo I e II**. São Paulo. Abril Cultural. São Paulo. 1986. (Série “Os Economistas”).

_____ **Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. Boitempo. São Paulo. 2011.

NASCIMENTO, D. M; BRAGA, R. C. Q. **Deficit habitacional: um problema a ser resolvido ou uma lição a ser aprendida?**. Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, n. 9, p. 98-109, 1 jan. 2009.

SOBRE O ORGANIZADOR

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC -Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia -PPGEO na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia - "Cinema, comunicação e regionalização" no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia -UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático-PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: *No chão e na Educação: o MST e suas reformas* (2011), *Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem* (2013), *Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais* (2016), *Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais* (2016), *Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas* (2017), *Atlas de Conflitos na Amazônia* (2017), *Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa* (2018), entre outras publicações.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-333-0

